

**BMW Financeira S.A. – Crédito,
Financiamento e Investimento**

**Demonstrações contábeis do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas da
BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeira individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 30 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. – CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016. As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.

Ativos Totais

Os ativos totais atingiram, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 1.548.867 mil (R\$ 1.755.556 mil em 31 de dezembro de 2015).

Operações de Crédito

A BMW Financeira S.A. - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$ 1.526.726 mil ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.571.091 mil em 31 de dezembro de 2015).

As Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 66.412 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 40.071 mil em 31 de dezembro de 2015).

Operações de Arrendamento Mercantil

A BMW Leasing do Brasil S.A. - AM desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 1.196 mil ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.761 mil em 31 de dezembro de 2015).

As Provisões para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 418 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 375 mil em 31 de dezembro de 2015).

Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido total atingiu, ao final de 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 297.671 mil (R\$ 297.019 mil em 31 de dezembro 2015).

O conglomerado prudencial da BMW Financeira S.A. – CFI encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2016 com lucro de R\$ 485 mil ante um lucro de R\$ 11.531 mil em 31 de dezembro de 2015.

A diminuição ao final do exercício de 2016 decorre, basicamente, do aumento das despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e do aumento das despesas de intermediação financeira.

Remuneração dos Acionistas

Aos acionistas da BMW Financeira S.A. - CFI e da BMW Leasing do Brasil S.A. - AM está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido, conforme alteração no Estatuto Social ocorrida através da realização da Assembleia Geral Ordinária, em 18 de abril de 2016.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

A Administração

BMW FINANCEIRA S.A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	1.048.633	1.215.708	CIRCULANTE	1.027.829	1.167.224
Disponibilidades	16.801	19.575	Depósitos	668.177	664.906
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.173	106.881	Depósitos interfinanceiros	525.259	497.591
Carteira Própria	-	68.321	Depósitos a prazo	142.918	167.315
Instrumentos financeiros derivativos	3.173	38.560	Obrigações por empréstimos	302.769	308.193
Operações de crédito	984.536	1.049.333	Empréstimos no exterior	302.769	308.193
Financiamentos - setor privado	1.040.887	1.080.456	Instrumentos financeiros derivativos	28.266	7.341
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.351)	(31.123)	Instrumentos financeiros derivativos	28.266	7.341
Operações de arrendamento mercantil	(257)	(206)	Outras obrigações	28.617	186.784
Arrendamentos a receber - Setor privado	764	995	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.955	2.338
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(754)	(989)	Sociais e estatutárias	37	206
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(267)	(212)	Provisão para imposto de renda diferido	580	1.607
Outros créditos	44.208	39.121	Credores por antecipação de valor residual	3.825	7.409
Diversos	44.208	39.121	Fiscais e previdenciárias	3.567	7.306
Outros valores e bens	172	1.004	Diversas	18.653	167.918
Despesas antecipadas	172	1.004	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	209.710	264.759
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	488.964	519.895	Depósitos	98.744	2.595
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	89	31.304	Depósitos interfinanceiros	98.744	-
Instrumentos financeiros derivativos	89	31.304	Depósitos a prazo	-	2.595
Operações de crédito	475.778	481.687	Obrigações por empréstimos	93.836	251.111
Financiamentos - setor privado	485.839	490.635	Empréstimos no exterior	93.836	251.111
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.061)	(8.948)	Instrumentos financeiros derivativos	14.006	-
Operações de arrendamento mercantil	(145)	(159)	Instrumentos financeiros derivativos	14.006	-
Arrendamentos a receber - Setor privado	432	766	Outras obrigações	3.124	11.053
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(426)	(762)	Fiscais e previdenciárias	-	3.626
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(151)	(163)	Provisão para imposto de renda diferido	573	1.279
Outros créditos	13.222	6.901	Credores por antecipação de valor residual	2.161	5.707
Diversos	13.222	6.901	Diversas	390	441
Outros valores e bens	20	162	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	13.657	26.554
Despesas antecipadas	20	162	Resultados de exercícios futuros	13.657	26.554
PERMANENTE	11.270	19.953	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	297.671	297.019
Imobilizado de uso	1.067	1.153	Capital social	204.296	204.296
Outras imobilizações de uso	1.905	1.741	De domiciliados no Exterior	204.296	204.296
Depreciações acumuladas	(838)	(588)	Reserva de lucros	49.012	51.979
Imobilizado de arrendamento	10.173	18.757	Reservas de lucros	49.012	51.979
Bens arrendados	9.978	13.157	Lucros ou Prejuízos acumulados	-	-
(-) Depreciações acumuladas e superveniência de depreciação	195	5.600	Participação de não controladores	44.363	40.744
Intangível	30	43	Participação de não controladores	44.363	40.744
Ativos intangíveis e amortizações acumuladas	30	43	TOTAL DO PASSIVO	1.548.867	1.755.556
TOTAL DO ATIVO	1.548.867	1.755.556			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2016	2016	2015
	2o Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	96.439	118.985	293.620
Operações de crédito	143.613	279.474	230.630
Operações de Arrendamento Mercantil	1.826	3.987	4.528
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.517	2.446	2.003
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(50.517)	(166.922)	56.459
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(48.512)	(35.197)	(175.386)
Operações de captação no mercado	(46.021)	(85.628)	(79.086)
Operações de empréstimos e repasses	16.359	89.003	(78.997)
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.449)	(3.104)	(3.630)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(17.401)	(35.468)	(13.673)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.927	83.788	118.234
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(38.417)	(79.324)	(77.568)
Receitas de prestação de serviços	476	614	4.602
Rendas de tarifas bancárias	3.339	6.570	8.126
Despesas de pessoal	(8.128)	(17.075)	(15.925)
Outras despesas administrativas	(13.712)	(25.532)	(20.357)
Despesas tributárias	(6.521)	(12.858)	(10.457)
Outras receitas operacionais	2.349	5.231	2.251
Outras despesas operacionais	(16.220)	(36.274)	(45.808)
RESULTADO OPERACIONAL	9.510	4.464	40.666
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	(1)	(4)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	9.509	4.463	40.662
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5.280)	(3.978)	(29.131)
Provisão para imposto de renda	(7.987)	(14.827)	(6.724)
Provisão para contribuição social	(6.558)	(11.405)	(4.391)
Ativo fiscal diferido	9.265	22.254	(18.016)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.229	485	11.531
Resultado atribuído para o controlador:	4.236	500	35.511
Resultado atribuído para o não controlador	(7)	(15)	(23.980)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$	0,0285	0,0033	0,0776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 EXERCÍCIOS E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	141.314	104.000	3.829	41.235	(5.189)	-	285.189
Aumento de capital	104.000	(104.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.531	-	11.531
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	577	-	(577)	-	-
Dividendos	-	-	-	299	-	-	299
Participação de não controladores	(41.018)	-	(612)	6.650	(5.764)	40.744	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	204.296	-	3.794	48.184	1	40.744	297.019
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	62.982	(104.000)	(35)	6.949	5.190	40.744	11.830
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	204.296	-	3.794	48.184	1	40.744	297.019
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	485	-	485
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	206	(37)	-	169
Participação de não controladores	-	-	-	(3.172)	(449)	3.619	(2)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	204.296	-	3.794	45.218	-	44.363	297.671
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	-	(2.966)	(1)	3.619	652
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	204.296	-	3.794	48.390	(5.757)	42.756	293.479
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.229	-	4.229
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Participação de não controladores	-	-	-	(3.172)	1.565	1.607	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	204.296	-	3.794	45.218	-	44.363	297.671
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	-	(3.172)	5.757	1.607	4.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de reais)

	2o Semestre	Exercício	Exercício
	2016	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercício	4.228	485	11.530
Ajustes ao lucro/(prejuízo) líquido	(6.627)	(67.607)	120.686
Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	17.401	35.469	13.673
Impostos diferidos	(9.264)	(22.252)	19.283
Depreciações e amortizações	1.581	3.398	4.045
Baixa de ágio por não realização	-	-	-
Obrigações por empréstimos no exterior	(17.809)	(92.279)	78.998
Superveniência de depreciação	1.235	6.931	5.067
Provisão para contingências	229	1.126	(380)
Variações Patrimoniais	3.485	64.592	(255.225)
(Aumento) Redução em imobilizado de arrendamento mercantil	(1.005)	(1.418)	(2.586)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	9.386	134.922	(96.643)
(Aumento) Redução em operações de créditos	(119.531)	35.301	(246.462)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(22)	(24)	(77)
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.648)	10.843	(7.060)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	702	974	4.960
Aumento (Redução) em depósitos	193.180	99.420	(214.465)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(26.261)	(70.419)	199.708
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(29.686)	34.931	3.536
Aumento (Redução) em outras obrigações	(15.485)	(167.038)	109.015
Aumento (Redução) em resultado de exercícios futuros	(4.145)	(12.900)	(5.151)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	1.086	(2.530)	(123.009)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado de uso	(239)	(244)	(17)
Intangível	-	-	(5)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	(239)	(244)	(22)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	847	(2.774)	(123.031)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	15.954	19.575	142.606
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	16.801	16.801	19.575
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	847	(2.774)	(123.031)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (CFI), “Instituição”, tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e “Floorplan”.

“Floorplan” é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil (AM), “Sociedade”, concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - AM é controlada pela BMW Acquisitions Ltda., que detém, 99,99% de suas ações ordinárias nominativas.

A BMW Acquisitions Ltda. tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

As operações das empresas são conduzidas no contexto de um Conglomerado, denominado “BMW Serviços Financeiros”, que atua integralmente no mercado financeiro nacional. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos relativos à estrutura operacional e administrativa comuns são absorvidos em conjunto ou individualmente.

O SC Sky Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Financiamento a Concessionários “SC Sky FIDC” era uma Sociedade de Propósito Específico “SPE” foi criado em 01 de agosto de 2014 e era administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Credit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. A participação da Instituição neste fundo foi encerrada em abril de 2016.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução CMN nº 4.280/2013 determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras

de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – CFI
- BMW Leasing do Brasil S.A. – AM
- BMW Acquisitions Ltda.
- SC Sky Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Financiamento a Concessionários (até abril de 2016).

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram aprovadas em 31 de março de 2017.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebidos referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, tem seus ajustes a valor de mercado

registrados em contrapartida ao resultado do período; e

- ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria tem seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

e) Hedge

No momento da designação inicial do hedge, a instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo.

f) Operações de arrendamento

As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil - BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

g) Provisão para operações de crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN no 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a

provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Imobilizado de uso e intangível

São demonstrados ao custo de aquisição ou gasto, respectivamente. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas anuais, que levam em conta a vida útil estimada dos bens, de 10% para móveis e utensílios e 20% para equipamentos de processamento de dados e aquisição e desenvolvimento de logiciais.

i) Imobilizado de arrendamento

Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação.

A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº. 140/84, quando aplicável.

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador.

O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento.

j) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

k) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 20%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%.

Em 06 de outubro de 2015, a MP se converteu em Lei através da publicação da Lei 13.169.

Os valores registrados no ativo, na rubrica “Outros créditos - créditos tributários” foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 20% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, estando

registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06.

O passivo diferido foi constituído à alíquota de 25%, para imposto de renda, sobre o ajuste da superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial revisam as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente.

n) Contingências

Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN no. 3.823/09.

A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o provisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas.

o) Lucro líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades - Caixa	16.801	19.575
Total	<u>16.801</u>	<u>19.575</u>

a. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2o.Sem.2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas com aplicações em depósitos interfinanceiros	1.517	2.446	2.003
TOTAL	<u>1.517</u>	<u>2.446</u>	<u>2.003</u>

5 Títulos e valores mobiliários

Tratava-se de cotas de fundo de investimento registradas pelo valor de aquisição, atualizadas diariamente pelo valor justo, pelos respectivos valores das cotas divulgados pelos seus respectivos administradores. Esta operação foi finalizada em abril de 2016.

6 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e, foram realizadas no mercado de balcão.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador:

2016					
Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	-	-	-	-
Swap (ponta passiva)	DI	-	-	-	-
Swap (ponta ativa)	EUR	418.568	406.731	396.605	(10.126)
Swap (ponta passiva)	PRÉ	418.568	433.968	435.616	(1.648)
Diferencial a receber/ (a pagar)					(11.774)

2015					
Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	15.000	28.686	28.637	(49)
Swap (ponta passiva)	DI	15.000	16.866	16.878	(12)
Swap (ponta ativa)	EUR	477.883	556.815	530.667	(26.148)
Swap (ponta passiva)	PRÉ	477.883	494.253	479.902	14.351
Diferencial a receber/ (a pagar)					(11.858)

Vencimentos - Valor Mercado - 2016					
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap (ponta ativa)	EUR	-	-	-	-
Swap (ponta passiva)	DI	-	-	-	-
Swap (ponta ativa)	EUR	297.136	99.469	-	396.605
Swap (ponta passiva)	PRÉ	322.810	112.806	-	435.616

Vencimentos - Valor Mercado - 2015

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap (ponta ativa)	EUR	28.637	-	-	28.637
Swap (ponta passiva)	DI	16.878	-	-	16.878
Swap (ponta ativa)	EUR	279.556	251.111	-	530.667
Swap (ponta passiva)	PRÉ	260.095	219.807	-	479.902

b. Avaliação a valor de mercado:

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de “hedge”, em conformidade com a Circular BACEN no 3.082/02.

2016

Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	418.568	406.731	396.605	(10.126)
Captação	EUR	418.568	(406.731)	(396.605)	10.126
					100%

2015

Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	492.883	585.501	559.304	26.197
Captação	EUR	492.883	(585.501)	(559.304)	(26.197)
					100%

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2o.Sem.16	2016	2015
Rendas com operações de SWAP	21.840	51.725	274.920
Despesas com operações de SWAP	(72.357)	(218.647)	(218.461)
	(50.517)	(166.922)	56.459

d. Composição do diferencial a receber/(pagar):

	2016		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	418.568	406.731	396.605
Euro	418.568	406.731	396.605
Posição passiva	418.568	433.968	435.616
Pré-fixado	418.568	433.968	435.616
Diferencial líquido	-	(27.237)	(39.011)

	2015		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	492.883	585.501	559.304
Euro	492.883	585.501	559.304
Posição passiva	492.883	511.119	496.780
DI	15.000	16.866	16.878
Pré-fixado	477.883	494.253	479.902
Diferencial líquido	-	74.382	62.524

7 Operações de crédito

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu critérios de classificação das operações de crédito e de arrendamento mercantil, e regras para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa.

A classificação das operações deve ser amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração, pontualidade e atrasos nos pagamentos.

a. Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:

Nível de risco	2016					% Provisão	Provisão
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total Valor Presente		
AA	2.696	11.047	23.912	223.586	261.241	0,00%	-
A	8.986	94.946	42.079	308.768	454.779	0,50%	2.274
B	5.409	75.602	34.493	183.159	298.663	1,00%	2.987
C	2.234	157.855	17.577	33.727	211.393	3,00%	6.342
D	2.403	165.407	23.094	23.230	214.134	10,00%	21.412
E	75	60.599	5.754	5.376	71.804	30,00%	21.541
F	-	2.062	496	1.991	4.549	50,00%	2.275
G	47	50	458	1.384	1.939	70,00%	1.357
H	68	603	1.892	5.661	8.224	100,00%	8.224
Total	21.918	568.171	149.755	786.882	1.526.726		66.412

2015

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total Valor Presente	% Provisão	Provisão
AA	3.032	15.812	32.144	247.389	298.377	0,00%	-
A	2.212	85.771	31.776	337.298	457.057	0,50%	2.285
B	2.573	103.831	31.359	171.797	309.560	1,00%	3.096
C	1.223	286.190	10.167	32.035	329.615	3,00%	9.888
D	406	111.021	20.439	24.158	156.024	10,00%	15.602
E	-	5.826	4.666	4.315	14.807	30,00%	4.443
F	-	126	213	513	852	50,00%	426
G	-	274	117	1.173	1.564	70,00%	1.095
H	-	231	313	2.692	3.236	100,00%	3.236
Total	9.446	609.082	131.194	821.370	1.571.092		40.071

b. Composição da carteira de crédito por vencimento:

2016

	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Parcelas em curso normal:				
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	168.205	475.101	7.056	650.362
De 91 até 360 dias	434.278	30.797	-	465.075
Acima de 360 dias	403.730	-	-	403.730
Subtotal	1.006.213	505.898	7.056	1.519.167
Parcelas vencidas:				
De 15 a 180 dias	6.228	-	-	6.228
De 180 a 360 dias	1.331	-	-	1.331
Subtotal	7.559	-	-	7.559
Total	1.013.772	505.898	7.056	1.526.726

2015

	CDC	F.PLAN	TOTAL
Parcelas em curso normal:			
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	135.238	436.357	571.595
De 91 até 360 dias	386.641	119.389	506.030
Acima de 360 dias	490.639	-	490.639
Subtotal	1.012.518	555.746	1.568.264
Parcelas vencidas:			
De 15 a 180 dias	2.386	-	2.386
De 180 a 360 dias	442	-	442
Subtotal	2.828	-	2.828
Total	1.015.346	555.746	1.571.092

c. Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

	CDC	F.PLAN	EMPRESTIMO	TOTAL
Saldo em 31/12/2015	18.511	21.560	-	40.071
Constituições	18.740	25.168	2.129	46.237
Reversões	(8)	(10.609)	(13)	(10.630)
Baixas	(9.066)	-	-	(9.066)
Saldo em 31/12/2016	28.177	36.119	2.116	66.412
Saldo em 31/12/2014	9.606	19.334	-	28.940
Constituições	11.420	17.901	-	29.321
Reversões	(154)	(15.675)	-	(15.829)
Baixas	(2.361)	-	-	(2.361)
Saldo em 31/12/2015	18.511	21.560	-	40.071
Saldo em 30/06/2016	25.708	29.593	-	55.301
Constituições	8.724	8.915	2.129	19.768
Reversões	(8)	(2.389)	(13)	(2.410)
Baixas	(6.247)	-	-	(6.247)
Saldo em 31/12/2016	28.177	36.119	2.116	66.412

	2o.Sem.16	2016	2015
Baixas para prejuízo	(6.254)	(9.066)	(2.361)
Renegociações CDC	15.456	21.259	5.053
Recuperações	1.177	1.670	892

d. Concentração dos maiores devedores:

	2016		2015	
10 maiores clientes	253.089	16,58%	176.963	11,26%
50 seguintes maiores clientes	266.176	17,43%	303.373	19,31%
100 seguintes maiores clientes	46.122	3,02%	92.303	5,88%
Demais clientes	961.339	62,97%	998.453	63,55%
TOTAL	1.526.726	100,00%	1.571.092	100,00%

e. Resultado de operações de crédito:

	2o.Sem.16	2016	2015
Rendas com operações de "CDC"	99.962	198.500	156.181
Rendas com operações de "Floorplan"	42.080	78.888	73.557
Rendas com Empréstimos	374	374	-
Recuperações de créditos	1.177	1.670	892
TOTAL	143.593	279.432	230.630

8 Operações de arrendamento mercantil

A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN no 2.682/99.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos.

a. Composição da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:

2016							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total Valor Presente	% Provisão	Provisão
AA	108	-	49	213	371	0,00%	-
A	119	-	266	231	615	0,50%	3
B	32	97	208	155	492	1,00%	5
D	-	1.261	725	170	2.156	10,00%	216
E	247	155	99	-	501	30,00%	150
H	-	-	44	-	44	100,00%	44
Total	506	1.513	1.391	769	4.179		418

2015							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total Valor Presente	% Provisão	Provisão
AA	-	317	696	54	1.067	0,00%	-
A	13	174	353	346	886	0,50%	4
B	94	116	351	217	778	1,00%	8
C	-	1.322	178	-	1.500	3,00%	45
D	36	189	109	198	532	10,00%	53
E	651	-	231	-	882	30,00%	265
Total	794	2.118	1.918	815	5.645		375

b. Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:

	2016	2015
Parcelas em curso normal:		
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	729	908
De 91 até 360 dias	1.655	2.260
Acima de 360 dias	1.709	2.456
Subtotal	4.093	5.624
Parcelas vencidas:		
De 15 a 180 dias	42	21
De 180 a 360 dias	44	-
Subtotal	86	21
Total	4.179	5.645

c. Movimentação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2015	375
Constituições	200
Reversões	(138)
Baixas	(19)
Saldo em 31/12/2016	418

Saldo em 31/12/2014	272
Constituições	388
Reversões	(206)
Baixas	(79)
Saldo em 31/12/2015	375

Saldo em 30/06/2016	394
Constituições	107
Reversões	(64)
Baixas	(19)
Saldo em 31/12/2016	418

	2o.Sem.2016	2016	2015
Baixas para prejuízo	(19)	(19)	(79)
Renegociações operações de arrendamento mercantil	-	-	-
Recuperações	20	42	-

d. Concentração dos maiores devedores:

	2016		2015	
10 maiores clientes	2.655	63,53%	3.435	60,86%
50 seguintes maiores clientes	1.524	36,47%	2.210	39,14%
TOTAL	4.179	100,00%	5.645	100,00%

e. Receitas de operações de arrendamento mercantil:

	2o.Sem.2016	2016	2015
Rendas com contraprestações	3.017	10.870	9.593
Lucro na alienação de bens arrendados	44	48	2
Superveniência/(-) Insuficiência de depreciação	(1.235)	(6.931)	(5.067)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	20	42	-
TOTAL	1.846	4.029	4.528

9 Imobilizado de arrendamento e perdas em arrendamento a amortizar

Visando atender ao regime de competência, a Sociedade reverteu a provisão para superveniência de depreciação, durante o exercício de 2016, no valor de R\$ 6.931 (R\$ 5.067 em 31 de dezembro de 2015), equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 4.611 (R\$ 11.543 em 31 de dezembro de 2015) e gerou, no exercício de 2016, uma reversão na provisão para imposto de renda diferido de R\$ 1.733 (R\$ 1.267 em 31 de dezembro de 2015). O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

	2016	2015
Máquinas e equipamentos	1.855	2.145
Veículos e afins	8.123	11.012
Superveniência de depreciação	4.611	11.543
Subtotal	14.589	24.700
Depreciações e amortizações acumuladas	(4.416)	(5.943)
Total	10.173	18.757

10 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por desembolsos referentes aos pagamentos de comissões às concessionárias e que são diferidas (originadas até 31 de dezembro de 2014) de acordo com as características dos contratos relacionados a tais pagamentos.

Os valores são apropriados, considerando os contratos individualmente, taxas, prazos e liquidações antecipadas.

Em atendimento à Resolução CMN no 3.954/11 e alterações posteriores, a partir de 01 de janeiro de 2015, as parcelas de remuneração referentes à origemação de operações de arrendamento

mercantil encaminhadas por correspondentes no País passaram a ser reconhecidas como despesa na data da contratação.

As instituições do Conglomerado Prudencial não optaram pelos termos de reconhecimento das despesas descritos na Circular BACEN no 3.693/13.

11 Depósitos

a. Interfinanceiros

Referem-se às captações de recursos com instituições financeiras, com vencimento até abril/2018, a taxas pré-fixadas que variam entre 13,82% a 16,65% ao ano.

b. A prazo

Referem-se às captações de recursos com concessionárias e BMW do Brasil Ltda., com vencimento até março/2017, a taxas pré-fixadas de 11,56% ao ano ou, a taxas pós-fixadas que variam entre 101% e 103% do CDI.

c. Composição da carteira de depósitos:

Depósitos Interfinanceiros:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Vencimentos até 90 dias	233.736	491.536
De 91 até 360 dias	291.523	6.055
Acima de 360 dias	98.744	-
Total	<u>624.003</u>	<u>497.591</u>

Depósitos a Prazo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Vencimentos até 90 dias	142.918	167.111
De 91 até 360 dias	-	204
Acima de 360 dias	-	2.595
Total	<u>142.918</u>	<u>169.910</u>

Total geral

<u>766.921</u>	<u>667.501</u>
-----------------------	-----------------------

d. Despesas com captação no mercado:

	<u>2o.Sem.2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de depósitos interfinanceiros	(42.812)	(78.490)	(69.330)
Despesas de depósitos a prazo	(3.839)	(7.138)	(9.757)
Total	<u>(46.021)</u>	<u>(85.628)</u>	<u>(79.087)</u>

12 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se às captações no exterior provenientes de sua matriz na Holanda – BMW Holding B.V. e BMW Espana Finance, com último vencimento em novembro/2018, em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre 0,18% a 1,66% ao ano.

2016					
Captação Moeda Estrangeira					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	418.568	(406.731)	(396.605)	10.126

2015					
Captação Moeda Estrangeira					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	492.883	(585.501)	(559.304)	26.197

13 Resultado de exercícios futuros

É constituído pela equalização (subsídio) de taxas nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Leasing Financeiro, recebidas da BMW do Brasil e suas revendas, apropriado pelo prazo e taxa de cada contrato.

Para os valores recebidos até 31 de dezembro de 2014, o diferimento e apropriação são feitos levando-se em consideração prazo e taxa média das operações.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias, sem valor nominal:

- a) BMW Financeira S.A. – CFI: 148.636.517

b. Participação de não controladores

A participação de não controladores é representada por ações ordinárias sem valor nominal:

- b) BMW Leasing do Brasil S.A. – AM: 27.079.140
- c) BMW Acquisitions Ltda: 41.017.952

BMW Financeira S.A. – CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. – AM:

Em 18 de abril de 2016 foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que tratou de aprovar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras e a destinação do lucro relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 28 de abril de 2016 e homologada em 21 de junho de 2016.

c. Dividendos

Aos acionistas da BMW Financeira S.A. – CFI e da BMW Leasing do Brasil S.A. – AM, está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido, conforme alteração no Estatuto Social ocorrida através da realização da Assembleia Geral Ordinária, em 30 de abril de 2015.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

d. Reservas **Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

Reservas especiais de lucros

Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas.

e. Participação de não controladores

Refere-se às participações de acionistas não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas.

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%.

Em 6 de outubro de 2015 ocorreu a conversão da MP em Lei através da publicação da Lei 13.169.

a. Imposto de renda e contribuição social – valores correntes e diferidos:

	Conglomerado prudencial Acumulado 2016		Conglomerado prudencial Acumulado 2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.463	4.463	40.662	40.662
Adições permanentes:	7.622	7.622	4.306	4.005
Adições temporárias:	-	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	26.385	26.385	11.312	11.312
Superveniência de depreciação	6.932	-	5.067	-
Provisões operacionais	-	-	3.929	3.984
Prejuízos em operações de crédito	7.788	7.788	2.362	2.362
Marcação a mercado - Swap	15.986	15.986	-	-
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.359	1.359	-	-
Exclusões permanentes:	(795)	(810)	(403)	(403)
Exclusões temporárias:	-	-	-	-
Resultado de exercício futuros	(4.913)	(4.913)	(26.794)	(26.794)
Provisões operacionais	(922)	(922)	-	-
Marcação a mercado - Swap	-	-	(10.355)	(10.355)
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(332)	(332)
Base de cálculo	63.905	56.958	29.754	24.441
Compensação de prejuízo fiscal	(3.575)	-	(2.767)	-
Base de cálculo	60.330	56.958	26.987	24.441
Aliquota (IR 15%)	(9.049)	-	(4.049)	-
Adicional (IR 10%)	(5.985)	-	(2.675)	-
Aliquota (CS 15%)	-	-	-	(1.518)
Aliquota (CS 20%)	-	(11.394)	-	(2.873)
Provisão para IR diferido	-	-	1.267	-
Benefício PAT/Exercícios anteriores	207	(11)	-	-
Ativo fiscal diferido	13.134	9.120	(18.317)	(966)
Efeito do IR e CS no resultado	(1.693)	(2.285)	(23.774)	(5.357)

b. Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2015	Constituições	(-) Reversões/ Utilizações	Saldo em 31/12/2016
Resultado de exercícios futuros	2.209	-	(2.209)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	19.299	16.072	(685)	34.686
Outras (contingências e provisões operacionais)	2.957	2.634	(1.745)	3.846
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Total	24.465	18.706	(4.639)	38.532

	Saldo em 31/12/2014	Constituições	(-) Reversões/ Utilizações	Saldo em 31/12/2015
Resultado de exercícios futuros	12.681	10.902	(21.374)	2.209
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11.684	8.956	(1.341)	19.299
Outras (contingências e provisões operacionais)	1.155	2.439	(637)	2.957
Prejuízo fiscal	13.369	-	(13.369)	-
Total	38.889	22.297	(36.721)	24.465

c. Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2015	(-) Constituições	Reversões/ Utilizações	Saldo em 31/12/2016
MTM Swap	(6.452)	(194)	6.646	-
Superveniência de depreciação	(2.887)	(218)	1.952	(1.153)
Total	(9.339)	(412)	8.598	(1.153)

	Saldo em 31/12/2014	(-) Constituições	Reversões/ Utilizações	Saldo em 31/12/2015
MTM Swap	(1.593)	(6.396)	1.537	(6.452)
Superveniência de depreciação	(4.153)	-	1.266	(2.887)
Total	(5.746)	(6.396)	2.803	(9.339)

A Administração referendou o estudo técnico dos créditos tributários para BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - AM, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02 e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.355/06 do Banco Central do Brasil.

Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários, líquido do passivo diferido, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada é de R\$ 32.329 (R\$ 12.809 em 31 de dezembro de 2015). O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R\$ 37.378 (R\$ 15.126 em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de junho de 2015 o valor de crédito tributário registrado com base nos prejuízos fiscais acumulados da BMW Leasing foi integralmente baixado contra resultado, no valor total de R\$ 13.100, por não haver expectativa de geração de lucro futuro, suficiente para seu consumo.

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Crédito Tributário		Passivo Diferido	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2017	26.021	23.798	(580)	(520)
Em 2018	7.346	6.072	(398)	(329)
Em 2019	170	129	(159)	(121)
Em 2020	1.248	878	(11)	(8)
Em 2021	3.747	2.433	(5)	(3)
Total	38.532	33.310	(1.153)	(981)

16 Passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são registradas com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na finalização dos processos.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

a. Depósitos judiciais:

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes e estão representados da seguinte forma:

	2016	2015
Interposição de recursos trabalhistas	70	36
Interposição de recursos fiscais	44	42
Outros	467	465
Total	581	543

b. Contingências cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais referentes à revisão contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

c. Contingências fiscais:

Com relação à BMW Leasing do Brasil S.A. - AM, a Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do ISS incidente sobre as receitas de operações de leasing por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora.

Em 04 de março de 2013, foi publicado Acórdão no recurso especial nº 1.060.210 do STJ, que discute o local de ocorrência do fato gerador nas operações de leasing (estabelecimento prestador x local de entrega do bem e finalização do contrato). Por unanimidade de votos, o STJ entendeu que o ISS nas operações de leasing incide no local da sede da empresa.

Em continuidade, apesar do Recurso Extraordinário interposto pelo Município ter sido admitido, em razão da ausência de efeito suspensivo, a decisão permanece vigente.

Esta decisão vincula as instâncias inferiores do Poder Judiciário, motivo pelo qual Execuções Fiscais que versem sobre recolhimento de ISS em outros Municípios possuem, a partir desta data, probabilidade de perda remota.

Desta forma, não há mais saldos relativos às causas de ISS provisionados na data de 31 de dezembro de 2016.

A BMW Financeira S.A. - CFI possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas de cobrança de IPVA.

d. Contingências passivas e obrigações legais:

Provisão para passivos contingentes:				
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2015	(2)	(345)	(440)	(787)
(-) Constituições	(552)	(28)	(1.016)	(1.596)
Reversões	61	7	123	191
Saldo em 31/12/2016	(493)	(366)	(1.333)	(2.192)

Provisão para passivos contingentes:				
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2014	(229)	(386)	(478)	(1.093)
(-) Constituições	(108)	(61)	(51)	(220)
Reversões	335	102	89	526
Saldo em 31/12/2015	(2)	(345)	(440)	(787)

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

e. Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	2016		2015	
	Quantidade de processos	Montante RS	Quantidade de processos	Montante RS
Cíveis	27	1.959	26	1.500
Trabalhistas	3	1.009	5	2.098
Fiscais	3	70	3	72
Total	33	3.038	34	3.670

17 Partes relacionadas

As operações das Sociedades são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L.

O controlador indireto da BMW Leasing do Brasil S.A. – AM é a BMW España Finance, S.L. através da BMW Acquisitions Ltda (controlador direto).

a. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser demonstrados da seguinte forma:

BMW Financeira S.A. - CFI				
2016 - Acumulado			2015 - Acumulado	
Ativo	Receitas	Ativo	Receitas	
(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)	
Coligada - BMW do Brasil Ltda				
Valores a receber de ligadas	1.363	-	2.944	-
Equalizações a receber	9.860	-	12.355	-
Depósitos a prazo	(142.918)	(6.589)	(160.402)	(7.471)
Outras obrigações – diversas	(552)	(2.507)	(47)	(1.515)
Commercial Finance a desembolsar	(6.972)	-	(16.353)	-
Controladoras - BMW Finance N.V., BMW Holding B.V, BMW Espanha				
Empréstimo em moeda estrangeira	(396.605)	(82.649)	(559.304)	(273.385)
Coligada - SC Sky FIDC				
Cotas de fundos de investimento	-	2.366	39.114	(2.670)
Obrigações por cessão de crédito	-	(5.105)	(99.432)	(18.765)
BMW Leasing S.A. - AM				
2016 - Acumulado			2015 - Acumulado	
Ativo	Receitas	Ativo	Receitas	
(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)	
Coligada - BMW do Brasil Ltda				
Equalizações a receber	-	-	6	-

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital com mais de 10%; e
- c. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Em Assembleia Geral dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Diretores membros da Diretoria Executiva.

Salários e honorários da Administração	2o.Sem.2016	2016	2015
Remuneração da administração	1.440	3.892	4.504

A BMW Financeira não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

18 Outras informações

a. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de risco:

O Departamento de Riscos da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento e da BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil, é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e liquidez, bem como gestão de capital. A Instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, sendo as diretrizes e os limites definidos pela sua Alta Administração, em conjunto com as normas do Grupo BMW, vide descrição no site da Instituição disponível na internet.

b. Risco de crédito

Em cumprimento aos requerimentos de Basiléia, bem como disposições da Resolução nº 3.721/09 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Crédito das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito com o apoio de sua área de negócios, responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito, bem como seu monitoramento.

Além disso, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira.

c. Risco operacional

A empresa mantém política corporativa, específica, de acordo com os requerimentos de Basiléia, bem como com a Resolução nº 3.380/06 e suas alterações. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco operacional visa monitorar e mitigar os riscos da Instituição.

O comitê de risco tem como principais responsabilidades sugerir limites de tolerância da organização quanto à exposição ao risco, assim como implementar as estratégias, plano de ação e políticas aprovadas pelos membros executivos do Comitê Interno e legislações vigentes. Vale ressaltar que o comitê de risco da BMW Serviços Financeiros é composto pelos seguintes membros:

- Diretor Presidente ou seu substituto;
- CFO (Chief Financial Officer) ou seu substituto;
- CRO (Chief Risk Officer) ou seu substituto;
- CSO (Chief Sales Officer) ou seu substituto;
- COO (Chief Operating Officer) ou seu substituto;
- Gerente Senior de Riscos ou seu substituto.

d. Risco de mercado e liquidez

A BMW Serviços Financeiros considera que um controle de risco de mercado rigoroso é um fator estratégico de bom desempenho, implementando as políticas de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, consoante às Resoluções nº 3.464/07 e 4.090/12 e suas alterações.

Os limites de liquidez e de risco de mercado são definidos pela matriz da empresa e apresentados mensalmente no Comitê de Risco, prevalecendo sempre o limite mais conservador. A política é revisada internamente, a qualquer momento e sempre que se fizer necessária, para incorporar mudanças estruturais no mercado e novos avanços na gestão de risco ou em mudanças regulamentares referentes ao assunto em questão.

e. Patrimônio líquido exigido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.099/99, e legislações complementares.

O índice da Basileia, apurado de forma consolidada conforme as Resoluções CMN nº. 4.192/13 e 4.193/13, em 31 de dezembro de 2016 é de 17,44% (17,30% em 31 de dezembro de 2015).

f. Gestão de Capital

Em cumprimento às disposições da Resolução CMN nº 3.988/11, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A- CFI e BMW Leasing do Brasil S.A Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizados sistemas eletrônicos da matriz que garantem o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital, cujos resultados destas estratégias e monitoramentos são apresentados nos Comitês de Risco.

g. Composição do valor presente dos contratos de arrendamento:

	2016	2015
Arrendamentos a receber, líquidos das rendas a apropriar	15	10
Imobilizado de arrendamento	10.172	18.757
Credores por antecipação de valor residual	(5.987)	(13.116)
Antecipações de contraprestação	(21)	(6)
Valor presente dos contratos de arrendamento	4.179	5.645

h. Outros créditos – diversos:

	2016	2015
Créditos tributários	38.532	24.464
Impostos a compensar	2.867	3.362
Devedores por depósitos em garantia	580	543
Taxas de equalizações	9.866	12.361
IOF a receber	540	766
Valores a receber - ligadas	1.363	2.944
Valores a receber - expatriados	116	488
Créditos – disponibilização bancária	2.608	-
Diversas	958	1.092
Total	57.430	46.020

Circulante	44.208	39.121
Longo Prazo	13.222	6.899
Total	57.430	46.020

i. Outras obrigações – diversas:

	2016	2015
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	139.685
Contratos a desembolsar	6.972	16.353
Passivos contingentes cíveis e trabalhistas	1.827	442
Provisões para pagamentos a efetuar	7.411	9.579
Valores a pagar - expatriados	1.573	1.005
Diversas	1.260	1.295
Total	19.043	168.359
Circulante	18.653	167.918
Longo Prazo	390	441
Total	19.043	168.359

j. Despesas tributárias:

	2o.Sem.2016	2016	2015
COFINS	(2.163)	(4.832)	(3.536)
ISS	(203)	(398)	(706)
PIS	(351)	(785)	(574)
IOF	(2.722)	(5.215)	(3.991)
Tributos importação	(1.058)	(1.582)	(1.369)
Outros tributos	(24)	(46)	(281)
Total	(6.521)	(12.858)	(10.457)

k. Outras despesas administrativas:

	2o.Sem.2016	2016	2015
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.631)	(5.879)	(3.458)
Despesas com serviços de terceiros	(2.553)	(4.455)	(4.232)
Despesas de processamento de dados	(3.693)	(5.259)	(5.364)
Despesas de aluguel	(576)	(2.127)	-
Despesas de promoções e relações públicas	(1.924)	(3.287)	(3.399)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(205)	(488)	(906)
Despesas de comunicações	(271)	(588)	(464)
Despesas de viagem	(422)	(682)	(738)
Despesas de publicações	(26)	(128)	(125)
Despesas de material	(7)	(24)	(24)
Outras despesas administrativas	(1.404)	(2.615)	(1.647)
Total	(13.712)	(25.532)	(20.357)

l. Despesas de pessoal:

Desde junho de 2012 é realizado o rateio de despesas administrativas, inclusive de despesas com pessoal, entre a BMW Leasing do Brasil S.A. - AM e BMW Financeira S.A. - CFI.

Para fins de definição do método de rateio de despesas entre as empresas acima mencionadas, foram utilizados critérios que medem a efetiva utilização do bem ou atividade exercida por cada uma das empresas envolvidas (critérios “diretos”), ressalvadas as despesas cuja divisão, face à inviabilidade ou impossibilidade técnica na adoção dos critérios “diretos”, foi realizada empregando-se critérios “indiretos”.

m. Outras despesas operacionais:

	2o.Sem.2016	2016	2015
Despesas com comissões e premiações	(7.644)	(14.280)	(17.890)
Despesas com liquidações antecipadas	(5.406)	(13.277)	(10.144)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimento	-	(2.739)	(12.459)
Outras despesas operacionais	(3.170)	(5.438)	(5.315)
Total	(16.220)	(36.274)	(45.808)

n. Rendas por prestação de serviços e tarifas bancárias:

	2o.Sem.2016	2016	2015
Receita com taxa de cadastro	3.276	6.427	7.973
Receita de prestação de serviços diferenciados	63	143	153
Receita de outros serviços	476	614	4.602
Total	3.815	7.184	12.728

o. Outras receitas operacionais:

	2o.Sem.2016	2016	2015
Reversão de provisões operacionais	716	2.478	266
Outras receitas operacionais	1.633	2.753	1.985
Total	2.349	5.231	2.251

*

DIRETORIA

Eduardo Tavares Nobre Varella – Diretor Presidente

Mario Andreas Janssen – Diretor

**

Thais Andrade Costa
Contadora
CRC 1SP269365/O-8